

PUNK E HIP-HOP COMO MOVIMENTOS SOCIAIS?¹

NÉCIO TURRA NETO

Departamento de Geografia
UNESP – Presidente Prudente
necioturra@fct.unesp.br

RESUMO

Abordo aqui duas culturas juvenis transterritoriais – *Punk* e *Hip-Hop* –, problematizando a possibilidade de considerá-las como novos sujeitos políticos, territorializados no lugar. Início o texto situando o conjunto de preocupações, que tem direcionado minha atenção: as relações entre sociabilidade e cidade, no espaço-tempo. *Punk* e *Hip-Hop* colocam-se como possibilidades de identificação para jovens, situados em diversos lugares da cidade, constroem suas redes de sociabilidade e territorializam-se na cidade. Uma territorialização que não é indiferente à cidade concreta em que se realiza. Assim, argumento que a consideração do *Punk* e do *Hip-Hop* como movimentos sociais só pode se dar a partir de parâmetros muito precisos. Para referendar o argumento, reconstruo a trajetória histórica de ambas as culturas juvenis, do mundo ao lugar, tomando como referência uma cidade média paranaense. Para finalizar, apresento uma reflexão, ainda preliminar, sobre a dialética socioespacial, tema para o qual estudos dessa natureza podem trazer alguma contribuição.

PALAVRAS CHAVES: *Punk*. *Hip-Hop*. Rede de Sociabilidade. Territorialização. Dialética Socioespacial.

PUNK AND HIP-HOP AS SOCIAL MOVEMENTS?

¹ Este texto, revisto e ampliado, é resultado da fala realizada na Mesa-Redonda Política(s) Urbana(s): Estado versus Movimentos Sociais. Gostaria de agradecer ao convite do Professor Marcelo Lopes de Souza. Para mim, é uma grande honra e também um privilégio enorme poder estabelecer interlocução com meus pares, num evento tão prestigiado quanto o SIMPURB.

ABSTRACT

I examine in this study two transterritorial youth cultures – punk and hip-hop –, considering the possibility of being new political agents territorialized and “placed”. The starting point of the text are some concerns which have conditioned my attention, related to the links between sociability and city in space-time. Punk e hip-hop are regarded as a possibility of identity building for youngsters, who are located in many places in the city and who also build their nets of sociability and their own territories in the city. This territorialization is not indifferent towards the concrete city in which it is realized. In the light of this, I argue that classifying punk and of hip-hop as social movements can only be undertaken under consideration of very clear parameters. Empirical evidence for this argument derives from the history of both young cultures at different scale levels, from the world to the place, taking as reference a mid-sized city in the state of Paraná. To finalize, I present a preliminary reflection about the socio-spatial dialectic, a subject for which studies like this one can bring some contribution.

KEY WORDS: *Punk. Hip-Hop.* Net of Sociability. Territorialization. Dialectic Social-Space.

INTRODUÇÃO: SITUANDO O LUGAR DE ONDE SE FALA

Tenho trabalhado, ao longo da minha trajetória como pesquisador, com culturas juvenis na cidade, mais especificamente, com os movimentos *punk* e *hip-hop*, buscando traçar o processo de difusão dessas culturas juvenis “trans-territoriais” (CANCLINI, 2006), em sua aterrissagem no lugar, que lhe serve de contexto para a produção de uma nova territorialização, sempre a partir de uma abordagem etnográfica (TURRA NETO, 2004, 2008).

Cada cultura juvenil tem sido entendida como uma trajetória histórica que, em certo momento, encontra possibilidades de se materializar num espaço-tempo específico. No lugar, essas culturas juvenis oferecem-se como referência para a construção de redes de sociabilidade, que permitem aos/às jovens novas formas de viver a cidade. Cada cultura juvenil conduz, portanto, a espaços, tempos e práticas de sociabilidade particulares.

Alguns estudiosos das juventudes (como por exemplo, DAYRELL, 2005; CARRANO, 2002, 2003) têm argumentado que é comum, no mundo atual

da velocidade e da globalização, a perda da “fidelidade territorial” dos “estilos” (outro termo para designar culturas juvenis). O local e o global se articulam na sua construção localizada, resultado do reconhecimento de experiências similares entre jovens de lugares muito diferentes. Mais que uma desterritorialização, os estilos culturais juvenis têm provocado reterritorializações em contextos urbanos diversificados, inclusive naqueles não-metropolitanos.

Um estilo expressa tanto o processo de globalização, com questões universais, quanto relações locais e a leitura própria do contexto no qual se inserem. Enfim, apontam para a importância atribuída pelos jovens à convivência com um grupo de iguais, o compartilhar de sentimentos de pertencimento e as experiências cotidianas possibilitadas pela vivência mediada pelo estilo (DAYRELL, 2005, p. 44).

Nesse sentido, o estilo ajuda a pensar a forma como os jovens e as jovens, que aderem a ele, constroem-se como sujeitos e se posicionam em relação ao mundo em que vivem. A partir da escolha do estilo, vão construindo-o de acordo com os recursos que dispõem e nas condições sociais em que estão inseridos, de modo que a expressão cultural globalizada se vê relativizar localmente (DAYRELL, 2005). Ainda que as referências sejam globais, “[...] somente no âmbito da sociabilidade tramada no lugar é que a articulação entre os grupos de amizade e a realização de atividades coletivas, como a organização das bandas, se torna possível” (CARRANO, 2002, p. 144)².

E sociabilidade é um conceito importante para situar o discurso. Por sociabilidade, entendo aquela interação social que não tem outro objetivo que não a própria interação. O ponto de partida para pensar este conceito é Simmel (1983), para quem a sociabilidade é uma forma espontânea de interação. É uma forma pura, no sentido de ser uma “inter-relação interativa”, ou seja, não há conteúdos concretos, nem objetivos a perseguir, o único objetivo é estar em relação. A sociabilidade é a “forma lúdica da sociação”.

Como interação sem conteúdos determinados, seu sucesso depende das pessoas envolvidas e do seu investimento na relação. A individualidade cede es-

² Carrano (2002; 2003) é um dos estudiosos da juventude que têm uma preocupação significativa com a dimensão espacial, acompanhando uma tendência importante nesse “campo de estudos”. Contudo, como geógrafo, é possível problematizar as noções de espaço, território e lugar presentes nesse e em outros/as autores/as. Essa “virada espacial” tem se feito sem uma discussão mais estreita com a Geografia, o que tem limitado o próprio avanço de uma reflexão sobre o espaço na teorização sobre juventudes.

paço para a imersão no coletivo. A sociabilidade pressupõe relação entre iguais, pois nela não cabem hierarquias; ela se baseia no princípio da reciprocidade.

Para Maia (2002), Simmel ressent-se de que, na Sociedade Urbana Moderna, há uma dificuldade de gestos e sentimentos recíprocos e de ações espontâneas, que sustentem a sociabilidade, de forma que, tragicamente, visualiza seu esgotamento. É, então, que a autora aciona Maffesoli, para pensar as formas de sociabilidade que emergem na situação de [pós]Modernidade.

Para Maffesoli (1987), a socialidade, como ele chama, é uma “potência subterrânea”, uma força social que sempre se refaz, apesar das intensas transformações na sociedade e no espaço. Para apreender as formas que tomam a socialidade atual, o autor cunhou o termo “tribalismo”. Essa forma tem como fundamento a “comunidade emocional”, derivada do instinto do “querer viver social”. Suas consequências são o “policulturalismo”, característico das grandes cidades, e a “proxemia”, na qual o “estar-junto à toa” é de fundamental importância.

A proximidade é o que obriga o viver junto. E a vida só é possível com os outros. Mas também, o território comum, no âmbito do qual uns devem se ajustar aos outros, pode ser uma consequência do ajuntamento. Esse ajustamento é uma acomodação sempre relativa, marcada por tensões e flexibilidade. Em outros termos, o território, espaço que em Maffesoli está próximo à ideia de lugar dos geógrafos humanistas, é tanto o que permite o ajuntamento, quanto é resultado desse processo. Nos dois casos, a coexistência obriga a um ajustamento.

A proximidade gera a aproximação que, por sua vez, funda o território enquanto “micro-localismo”, em que se exercita a convivialidade e a cultura do grupo. O costume estabiliza o ajuntamento: o beber junto, jogar conversa fora, falar banalidades cotidianas provocam o “sair de si” em direção ao outro e, por meio desse processo, criam a “aura estética” e “aura ética”, que cimentam o tribalismo.

A socialidade, assim concebida, estaria em oposição e resistência à abstração dos grandes valores coletivos, que marcaram as ideologias políticas da Modernidade e, eu diria mesmo, estaria em oposição à dominação do espaço urbano, dada pelo predomínio do valor de troca, em relação ao valor de uso, tal como argumenta Carlos (2001). “[...] Os grupos, as pequenas comunidades, as redes de afinidade ou de vizinhança se preocupam com as relações sociais pró-

ximas” (MAFFESOLI, 1987, p. 65-66). É uma forma de manter a soberania sobre a existência imediata, quando outras instâncias da vida social escapam ao controle dos sujeitos, em direção a ordens políticas e econômicas distantes.

No contexto urbano, a socialidade é cada vez mais eletiva, no sentido de que a atração e a repulsa fazem-se por escolha. Fator decorrente da própria expansão do espaço urbano e da lógica da terra-mercadoria, que preside sua produção (CARLOS, 2001). Nesse contexto, desenvolve-se a lógica da rede, visto que a aproximação, não estando necessariamente vinculada à proximidade física, acaba por fundar um território que “[...] se torna laço. E isso nos lembra que talvez estejamos diante de uma estrutura antropológica que faz com que a agregação em torno de um espaço seja o dado básico de toda a forma de socialidade. Espaço e socialidade” (MAFFESOLI, 1987, p. 181).

Assim, na cidade, os territórios existenciais seriam muito mais resultados da aproximação seletiva, que se dá pela lógica da rede, do que um espaço anterior a ela, que a condicionaria. É nesse sentido que o cimento emocional, que liga o grupo e realiza a proxemia (enquanto um agrupamento localizado), necessita de inscrição espacial para poder efetivar-se. “[...] a socialidade e a proxemia são constituídas por uma constante sedimentação que faz rastros, que faz ‘território’” (MAFFESOLI, 1987, p. 189). Com isso, o autor não nega o papel da proximidade no ajuntamento, mas apresenta outras formas possíveis de realizá-lo.

Esse debate aponta, também, para o fato de que, o estudo dos diferentes territórios, resultantes da nova dinâmica da sociabilidade, no urbano, deve tomar, como ponto de partida, os sujeitos que se territorializam, e não um espaço já dado, o que, aliás, parece ser uma prerrogativa do próprio conceito de território. Contudo, é fundamental considerar que o território, assim constituído, não é independente da materialidade concreta que a cidade coloca à disposição, para os diferentes grupos sedimentarem suas redes de sociabilidade.

No caso do *punk* e *hip-hop*, a sociabilidade e o território têm se efetivado pela constituição de uma rede que abrange toda a cidade, cujo critério de conexão é dado pela cultura juvenil, no seu movimento de acontecer localizado. E foi essa a forma predominante com que abordei ambas as culturas juvenis, nos meus estudos. Culturas que se colocam como possibilidade de identificação para jovens diferentemente situados na cidade e que, a partir delas, constituem redes de sociabilidade, que as fazem se territorializar.

Outro conceito importante para contextualizar essa abordagem, é o conceito de geração. A partir da ideia de geração, podemos considerar as juventudes como histórica, social e espacialmente situadas, de forma que não é possível comparar globalmente uma geração com outra, pois em cada contexto, os jovens e as jovens se deparam com questões específicas e elaboram respostas originais (ABRAMO, 1994).

Margulis e Urresti (1998) salientam que a ideia de geração é uma forma de considerar o fator biológico da idade, a partir de sua elaboração cultural. Entendem que a juventude é um período da vida que é passageiro e, por isso, tem uma duração limitada. Cada geração remete a um período histórico e vincula os sujeitos a uma época, cujos códigos culturais, incorporados na juventude, tendem a acompanhá-los por toda a vida. Para os autores, a juventude pode ser entendida como

[...] um posicionamento cronológico, uma experiência temporal vivida que se caracteriza por ser limitada e pouco profunda, a partir da qual o mundo aparece como novo, a própria história curta, o conhecimento escasso, a memória acumulada objetivamente menor, a vivência dos acontecimentos diversa em relação aos que nasceram antes, tudo isso se expressa em uma decodificação da atualidade, em um modo heterogêneo de ser contemporâneo. Por isso, a juventude deve ser compreendida como uma particular afiliação à geografia temporal, como uma nacionalidade estranha em termos de duração, que convive com as outras nações temporais sob a mesma jurisdição, a mesma soberania: o presente (MARGULIS e URRESTI, 1998, p. 11, tradução e grifo nosso).

Esse conceito, incorporado à Geografia Urbana, pode lançar novas luzes sobre o processo de produção e/ou apropriação do espaço, tomando como referência os sujeitos sociais que o vivenciaram enquanto jovens, e o vivenciam hoje, já transformado, enquanto idosos, além de permitir apreender as experiências contemporâneas do espaço transformado e ampliado daqueles que vivem sua juventude no momento atual. O debate sobre as diferentes gerações na cidade pode problematizar algumas ideias correntes sobre o atual empobrecimento das relações sociais e sobre o declínio da vida pública, a partir do contato com uma sociabilidade que sempre se refaz (como argumenta MAFFESOLI, 1987) e que repovoa a vida pública, com novos conteúdos.

Nesse sentido, meus estudos se direcionaram à compreensão das transformações nos espaços, tempos e práticas de sociabilidade juvenil, ao longo de diferentes gerações, com enfoque mais específico sobre a geração atual e a territorialização de culturas juvenis transterritoriais. Por isso, o convite para realizar uma fala numa mesa, que tem como tema central movimentos sociais

urbanos é, pela leitura que estou fazendo, uma provocação, no sentido de que me instiga a lançar um olhar para o *punk* e *hip-hop* como movimentos sociais, o que, até então, apenas marginalmente havia considerado. E é a esse desafio que procurarei responder no texto que se segue.

RELATIVIZANDO A IDEIA DO PUNK E DO HIP-HOP COMO MOVIMENTOS SOCIAIS

Margulis e Urresti (1998) identificam três discursos envolvidos na constituição social das juventudes contemporâneas:

1 – o do jovem-signo: que é o discurso produzido no domínio da cultura da imagem, em que o “juvenil é fetichizado pelas linguagens hegemônicas da sociedade de consumo” (p. 15). Essa imagem está fortemente associada com as marcas paradigmáticas do ser moderno.

2 – o do jovem herdeiro: aquele delineado pelos setores dominantes como o “herdeiro desejável”. Isso vale para os jovens de todas as classes sociais, mas quem define o modelo de herdeiro para cada camada social é sempre a classe dominante. Por isso, para os jovens pobres serem herdeiros ideais de seus pais, devem se submeter aos territórios e identidades sociais que lhes foram delimitados socialmente, seguindo trajetórias pré-definidas pela cidade, de acordo com sua condição socioespacial;

3 – e, por fim, o do jovem das “tribos urbanas”: aquele que realiza oposição aos outros dois discursos. Nesse campo, os/as jovens podem produzir seu próprio estilo e bens culturais, à margem da grande indústria, bem como realizar uma “deserção simbólica” em relação ao universo do esperado pelo mundo adulto, marcando uma “identidade oposicionista”³.

Nesse sentido, as “tribos urbanas” são vistas como uma forma propriamente juvenil de atuação política e como um dos aspectos mais emblemáticos das juventudes contemporâneas, visto que também se produzem no universo do consumo.

Para Reguillo (2003), as formas de organização e as bandeiras de luta das juventudes mudaram aceleradamente nos últimos anos. Não se trata mais de compor quadros de partidos políticos, ou filiar-se a células guerrilheiras, ou

³ A ideia de identidade oposicionista me vem de McDowell (1996), no seu comentário sobre o pensamento de Stuart Hall.

mesmo a organizações estudantis. Hoje predominam formas mais fluídas e intermitentes, em que manifestações de cunho artístico-cultural estão no centro dos embates no espaço público.

De certa forma, os próprios jovens com quem estabeleci contato, na pesquisa, entendem-se como fazendo parte de um movimento social e cultural, que transcende a própria rede de sociabilidade localizada, em direção a um movimento de escala nacional e internacional.

Essa ideia, contudo, precisa ser um pouco matizada com as cores de uma abordagem cotidiana, que capture o sentido que os/as jovens atribuem ao processo de adesão às “tribos urbanas”, ou às culturas juvenis, como prefiro chamar, e a atuação política daí decorrente em contextos concretos de cidade.

Preocupado com o acontecer localizado dessas culturas, perguntava-me sobre o processo de territorialização do *punk* e do *hip-hop* e sobre as formas como elas são vividas pelos/as jovens que as escolheram. Como já dito anteriormente, partia do princípio de que, se essa adesão confere um *status* de modernidade e urbanidade aos jovens, para muito além do contexto urbano imediato, a sua realização localizada dialoga, inevitavelmente, com a cidade concreta e com os recursos ali disponíveis.

Nesse sentido, cabe colocar a seguinte questão: em que medida é possível considerar que aquelas redes de sociabilidade juvenis, em torno do *punk* e do *hip-hop*, que tive acesso pela pesquisa, constituem, localmente, novos sujeitos políticos, em diálogo e em conflito com outros sujeitos já presentes no lugar, tendo em mente que a cidade concreta a que estou me referindo, pode ser considerada uma “cidade média” e que o fenômeno em foco tem raízes metropolitanas?

DIFUSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DAS CULTURAS

PUNKE HIP-HOP

Para tentar responder a esta pergunta, vale a pena reconstruir a trajetória histórica de ambas as culturas, do mundo ao lugar e do seu processo de acontecer localizado – ainda que resumidamente, pelo próprio recorte do texto.

O *punk* surgiu no seio da classe operária inglesa (em Londres, para ser mais preciso⁴), na segunda metade da década de 1970. Também nesse pe-

⁴ Há uma controvérsia sobre se a origem do *punk* foi em Londres ou em Nova York, alguns anos antes. Um consenso possível seria reconhecer que o estilo musical veio dos Estados Unidos e o comportamento e visual foi gestado em Londres, de onde explodiu para o mundo.

ríodo, surgiu o *hip-hop*, no quadro do gueto negro e hispânico do Bronx, em Nova York. Um período de recessão, desemprego e marginalização da juventude pobre, fato que levou alguns autores, como Abramo (1994), a reconhecer nas culturas juvenis, formas de elaboração das questões colocadas pelo contexto histórico de crise. De qualquer forma, *punk* e *hip-hop* representaram a elaboração de uma diversão genuína, fora dos circuitos até então disponíveis para a juventude da época, em cidades com poucas opções, para quem não tinha muito dinheiro. Esses jovens, então, passaram a produzir sua própria cultura e a negociar espaços na cidade para encontros, cujo público era formado por seus iguais. Não demorou muito para que, a essas estratégias de diversão se articulassem, também, manifestações políticas, seja de denúncia da sua condição socioespacial, seja de reivindicação de direitos, expressas nas músicas, no visual e também no comportamento.

A indústria cultural, reconhecendo nessas expressões juvenis um novo nicho de mercado, logo se apropriou do visual e da música e os difundiu como moda, ou como um estilo ao qual qualquer um poderia ter acesso, em diferentes contextos urbanos.

Paradoxalmente, foi assim que essas culturas juvenis puderam difundir-se e colocar-se como possibilidade de identificação a jovens brasileiros. Inicialmente, São Paulo foi a principal porta de entrada. Quase ao mesmo tempo em que aconteciam em seus contextos originais, jovens paulistanos, que já investiam em construções estilísticas marcadamente juvenis (em torno do *rock*, no caso do *punk*; e dos bailes *Black*, no caso do *hip-hop*), realizaram incursões por canais de pesquisa, que lhes deram acesso a essas novas culturas, por reconhecerem nelas a expressão de experiências similares às que viviam, enquanto jovens, na metrópole paulista.

Em Guarapuava, no Paraná, onde ancorei empiricamente a pesquisa, somente nos anos de 1990, para o caso do *hip-hop*, e nos anos 2000, para o caso do *punk*, é que estavam dadas algumas condições de possibilidade, objetivas e subjetivas, para a territorialização dessas culturas juvenis⁵. Condições que têm relação tanto com a trajetória histórica da própria cidade, quanto com

⁵ Essa distância temporal entre o surgimento do *punk* e do *hip-hop* nos seus contextos originais, sua aterrissagem em São Paulo e sua chegada a Guarapuava não é sem importância para a compreensão dos nexos desta cidade, de porte médio, com o mundo e do adensamento de suas conexões nos últimos tempos.

os progressos nos meios de comunicação e difusão cultural. Para ser mais preciso:

- a cidade cresceu, explodindo em periferias e ampliando a materialidade urbana do centro, em conexões cada vez mais intensas e diversificadas com grandes centros urbanos;

- a desterritorialização⁶ da família, da igreja e do trabalho, como principais referências para a formação das redes de sociabilidade da juventude local, que também se pluralizava internamente;

- a formação, na cidade, de tempos e espaços de diversão, cada vez mais marcadamente juvenis.

Nesse contexto, novas referências culturais puderam chegar e ser acionadas na constituição da sociabilidade, ao mesmo tempo em que permitiam: uma vivência juvenil em sintonia com os grandes centros urbanos; a distinção em relação ao mundo adulto; e a possibilidade de dar direção e forma a uma rebel- dia que estava em latência.

Por quais meios *punk* e *hip-hop* chegaram? Como os jovens os descobriram e se identificaram? Como as redes de sociabilidade foram sendo tecidas, constituindo o que pode se chamar de cena?

Cena é o que se denomina, na pesquisa etnográfica, de “conceito nativo”. Ou seja, é um termo que os próprios sujeitos da pesquisa usam para nomear o seu mundo e que podem auxiliar o pesquisador, no desvendamento da sua cultura. Cena é um termo empregado em profusão pela cultura *punk* (o que não significa que ele não possa iluminar, também, a dinâmica da cultura *hip-hop*) e quer designar o conjunto de pessoas, suas ações, seus espaços de encontro, seus eventos, os *chats* de encontro virtual, as páginas na *internet*, enfim, toda a rede que se forma em torno da cultura juvenil, numa dada cidade, seus espaços e sua dinâmica.

Falar em cena remete-nos a pensar sobre o estabelecimento de fronteiras identitárias, ligadas a estilos, constituídos por certo tipo de música, visual e comportamento. Essas fronteiras delimitam, além de espaços virtuais, espaços de encontro e manifestação na cidade, que são pontos de conexão, permanentes e/ou temporários, da rede de sociabilidade tramada em torno do estilo. Espaços

⁶ Inspirado em Haesbaert (2004, 2007), estabeleci como uma das questões norteadoras do estudo a dialética entre des-re-territorialização. Assim, perguntava-me: o que foi necessário se desterritorializar para que a nova territorialização acontecesse?

que resultam de negociação com outros grupos sociais, na cidade, e que dizem muito sobre as possibilidades reais de territorialização dos estilos globais, nos contextos urbanos concretos.

No caso do *punk*, a rede se iniciou nos espaços da vizinhança, da escola, quando jovens, ainda muito crianças, descobriram as referências da cultura, inicialmente por canais ligados à grande mídia. Aderiram a elas, compondo ali uma rede primária de sociabilidade, na qual a figura do amigo foi de extrema importância; por isso, a proximidade ainda tem grande força produtiva. Por essa rede, ganharam a cidade, transpondo os limites da proximidade e, informados pelo referente *punk*, conectaram-se a redes mais amplas, à escala da cidade, a partir de certos “terminais de conexão”⁷.

No caso do *hip-hop*, o processo não foi diferente, mas está mais marcadamente ligado à juventude periférica (via de regra, filhos urbanos de migrantes rurais, que encontraram nos bairros mais distantes do centro, a única possibilidade de territorialização na cidade), para quem a transposição dos limites da proximidade significa, também, a transposição dos “espaços segregados” e uma renegociação da cidade, inserindo-se nas “tramas do lazer noturno”, altamente iluminadas pela cultura de massa, situadas no centro da cidade (DIÓGENES, 1998). É nesse contexto que acontece, então, a tessitura das redes de sociabilidade à escala da cidade como um todo, dando origem à cena.

Mais que um processo de desterritorialização, foi possível identificar, em ambas as culturas juvenis, a constituição da primeira territorialização desses jovens, enquanto jovens, na cidade. A desterritorialização mais intensa se deu, quando as demandas do mundo adulto colocaram impedimentos à sua permanência nas redes de sociabilidade e à realização da cultura.

Predominantemente, tais culturas, em Guarapuava, têm acontecido nos tempos e espaços voltados à diversão, nos *shows punks* e nos eventos de *hip-hop*, sendo que na maior parte do tempo, predominam as redes mais estreitas de vizinhança/escola, pois tais espaços-tempos (*shows* e eventos) não são muito frequentes na cidade. Ambas não conquistaram, portanto, “territórios permanentes”, que se constituíssem em referência espacial para encontro, discussão, elaboração política do movimento e mesmo nos quais jovens novatos pudessem

⁷ Carrano (2002) fala em terminais de conexão para referir-se a lugares de encontro concretos, na cidade, em torno dos quais redes de sociabilidade juvenis são tecidas. A frequentação constante da rede nesses terminais acaba por ressignificá-los.

descobrir e se aprofundar em cada uma das culturas, em que sempre fosse possível encontrar *punks* ou *hip-hoppers* reunidos.

Como tenho procurado argumentar, o contexto de cidade concreta – a escala urbana de Guarapuava –, certamente, joga um papel importante para essas fragilidades, fazendo com que as cenas, apenas muito momentaneamente, ganhem territorialização efetiva, pela articulação da rede à escala da cidade. Por isso, os canais de descoberta dessas culturas, pelos/as novatos/as, continuam sendo os mesmos, ou seja, aqueles oferecidos pela grande mídia. O aprofundamento nas culturas, pela descoberta de canais de pesquisa próprios, torna-se um caminho acessado por poucos, justamente aqueles/as que permanecem envolvidos por mais tempo e que são uma minoria, que, por sua vez, não consegue articular uma territorialização mais permanente – pela frequência constante aos mesmos terminais de conexão das redes.

A impressão que se tem é que há uma constante renovação e um eterno recomeço dessas cenas em Guarapuava. Jovens que se cansam daquela (con)vivência, ou que passam a se colocar questões do tipo: vestibular, faculdade, mudança de cidade, para o caso do *punk*; casamento, filhos na adolescência, trabalho, para o caso do *hip-hop*, enquanto novos sujeitos, com informações muitas vezes descontextualizadas, iniciam suas trajetórias nas culturas e buscam integrar-se às redes, nos efêmeros tempos-espacos em que elas se materializam na cidade.

Certamente, a dinâmica das cenas *punk* e *hip-hop* de uma metrópole como São Paulo é muito diferente. Há uma territorialização mais efetiva, em que os novatos encontram pessoas com uma trajetória mais antiga, com as quais podem trocar e, sobretudo, orientar-se nas suas navegações nessas culturas. Nesse contexto urbano, a atuação política do *punk* e do *hip-hop* tem sido mais efetiva e sustentável e, talvez, aí, na metrópole, constituam-se de fato em movimentos sociais.

PUNKE HIP-HOP COMO MOVIMENTOS SOCIAIS?

Apesar dos contrapontos à ideia do *punk* e do *hip-hop* como efetivos sujeitos políticos em Guarapuava e, portanto, como movimentos sociais, é preciso considerar que nos próprios encontros festivos (nos *shows* e nos eventos), sempre estava presente certa divergência social, acionada e comunicada, seja nas letras de *rap* ou no *hardcore*, seja nos comportamentos dos/das jovens, sobretudo, no

meio *punk*, em que o espaço do *show* é um “território temporário”⁸, em que todo tipo de rebelião é possível.

Além disso, pude presenciar algumas mobilizações punk e hip-hop, quando esses jovens vieram à cena pública, protestar, reivindicar, negociar, ganhando certa visibilidade enquanto sujeitos políticos. Mas, qual foi a natureza dessas mobilizações?

No caso do *punk*, presenciei dois tipos de manifestação:

1 – a primeira se deu na portaria de entrada de um rodeio, que houve na cidade. A ideia básica, que acionou a manifestação, foi a defesa dos animais, uma bandeira muito presente no meio *punk* contemporâneo, em diferentes escalas e contextos.

2 – a segunda foi uma manifestação no dia 7 de setembro, em que os *punks* invadiram o desfile cívico-militar, empunhando faixas pregando a não obrigatoriedade do voto e do serviço militar; o grito de guerra foi o *slogan* anarquista: “nem deus, nem pátria, nem patrão”. Também aqui, em sintonia com o *punk* de outras escalas e contextos, que tem já uma tradição de intervenções dessa natureza, em momentos de comemoração cívica.

Ambas as manifestações tiveram um forte envolvimento emocional dos participantes e foram marcadas por brincadeiras, empurrões, romances, como se estivessem também em plena festa. Ao final de cada uma, os grupos de sociabilidade primária se dispersaram, cada um foi para seu canto e não se voltou mais a falar no assunto. Não houve uma avaliação da manifestação, uma reflexão sobre os ganhos políticos, ou não, sobre as próximas ações, sobre possíveis estratégias de luta. Foram reuniões efêmeras da rede de sociabilidade que, por um curto período de tempo, deram visibilidade ao *punk* em Guarapuava, enquanto sujeito de mobilização, em torno de algumas bandeiras políticas.

No caso do *hip-hop*, a situação é mais complexa, visto que alguns integrantes do movimento procuram negociar espaço no quadro da política institucionalizada⁹.

⁸ A relação aqui estabelecida entre territórios permanentes e temporários deriva de Souza (2001).

⁹ Nas eleições municipais de 2008, um dos membros mais proeminentes do movimento *hip-hop* na cidade candidatou-se a vereador por um partido de direita, acompanhando o grupo político com o qual negocia de forma mais direta. Com pouco mais de 500 votos, não chegou a ser eleito.

Como se trata de jovens muito pobres, o *hip-hop* tem aparecido como uma oportunidade de construir outras trajetórias biográficas, de ascensão social, diferentes daquelas que veem seguir a maioria dos jovens da periferia.

Nesse sentido, negociam com os grupos de poder locais, afirmando-se como lideranças do movimento. Há disputas internas entre eles para ver quem consegue congrega mais grupos de *rap*, mais grafiteiros e dançarinos de *break*, nos seus eventos, pois isso significaria maior poder de troca. Essas disputas e a subserviência aos grupos de poder locais têm contribuído para a fragilidade da territorialização do movimento *hip-hop* em Guarapuava, mas também tem mobilizado as redes de sociabilidade em torno da cultura e lhe conferido alguma visibilidade política, ainda que sempre permeada por jogos de interesses não muito explícitos.

Diante do exposto, para não deixar sem resposta a questão que está no título do artigo e que persiste neste subitem, arrisco-me a afirmar que, se essas culturas juvenis, tal como identificadas em Guarapuava, de fato podem vir a se constituir em movimentos sociais, talvez seja apenas no sentido dado por Melucci (1997, 2001), para quem, certos movimentos sociais contemporâneos acionam redes de solidariedade com fortes conotações culturais, o que os diferencia dos atores mais tradicionais. Redes com potencial de mobilização, em uma ação coletiva, com objetivo determinado, que emergem, de quando em quando, como um acontecer efêmero, ao qual se seguiria sua dispersão. Seriam, assim, sujeitos políticos em potencial, cujo principal investimento estaria na comunicação, interação e solidariedade entre seus integrantes e não numa permanente organização de luta. A ação coletiva estaria sempre em latência, podendo ser acionada a qualquer momento, a partir dos vários meios de comunicação, hoje disponíveis, sobretudo, celulares e *internet*.

Nesse sentido, temos em Guarapuava, já dadas, as condições de possibilidade de emergência do *punk* e do *hip-hop* como novos sujeitos políticos, visto que existem as redes de sociabilidade que lhes dariam materialização. Contudo, a ausência de uma territorialização mais efetiva e permanente, a inexistência de terminais de conexão constantemente frequentados, de forma a ressignificar espaços e marcá-los com os signos das suas culturas, fazem com que as redes de sociabilidade permaneçam fragilmente tecidas, o que se constitui num limite, tanto à mobilização política, quanto à maior difusão das culturas na cidade. Por conta disso, os/as novatos/as deparam-se com maiores barreiras, no seu en-

volvimento com a cultura, para transpor a fase da vivência do estilo enquanto moda. É assim que se desenham as cenas *punk* e *hip-hop* em Guarapuava, com seus limites e possibilidades e cuja dinâmica segue condicionada pelos parques “recursos” que o lugar oferece.

Todavia, vale destacar ainda que, apesar das fragilidades descritas acima, considero importante pensar o *punk* e o *hip-hop* como potencialmente novos sujeitos políticos, também num outro sentido, qual seja, na sua inegável dimensão educativa. Os jovens e as jovens formam visões de mundo, pensamento autônomo e crítico diante da realidade, assumem bandeiras de luta política e constituem-se enquanto sujeitos, na vivência das redes de sociabilidade, em torno dessas culturas. E, mesmo que deixem de participar, levam sempre essa experiência consigo, para as outras “fases de vida”; e essa talvez seja, pelo menos no contexto urbano que estudei, uma das principais contribuições que o *punk* e o *hip-hop* têm trazido à juventude local, cujas alternativas de identificação são, ainda, bastante restritas.

QUESTÕES PARA O DEBATE

Para finalizar, tomando como base essas ponderações, gostaria de trazer para o debate uma discussão preliminar, visto que inacabada e, portanto, aberta, sobre a dialética socioespacial e a contribuição que, penso, trabalhos dessa natureza podem trazer para a nossa disciplina¹⁰.

A ideia de prático-inerte, de Sartre, ocupa posição de destaque no pensamento de Santos (1990, 2002). É por essa condição que o espaço pode ser pensado como uma instância da sociedade (determinado/determinante). A partir disso, Santos desenvolve seu argumento de que as determinações sociais e econômicas não podem ignorar as condições espaciais pré-existentes e que essas jogam um papel importante nas formas de acontecer. Essa ideia também está na base do seu pensamento sobre a relação lugar-mundo. É a partir dela que o autor concebe a resistência do lugar (SANTOS, 2002).

As questões que trago para o debate, sobre as “determinações” espaciais são de outra natureza. Têm relação com a existência cotidiana, com os trajetos, projetos, redes de sociabilidade e formas de territorialização de grupos político--

¹⁰ Muitas das questões aqui colocadas têm se constituído em objeto de interlocução com Marcelo Lopes de Souza que, sem ser responsável, inspira algumas delas.

-culturais, em diferentes contextos urbanos que, ao mesmo tempo em que possibilitam, limitam a plena realização desses grupos, tomando como referência seus aconteceres metropolitanos.

Se numa escala mais ampla e no campo das relações socioeconômicas os condicionamentos espaciais estão mais aclarados pelas pesquisas e debates, pelo menos desde a Geografia Crítica, na escala do lugar e do cotidiano, o mesmo ainda não se deu.

Assim, se por um lado, a reflexão geográfica sobre as relações entre espaço, economia e sociedade é mais desenvolvida, por outro, a reflexão sobre a cultura, em sua espacialização, ainda não o é. E não estou me referindo apenas às relações bilaterais entre essas duas “instâncias” da sociedade (espaço e cultura), que em si já nos trariam uma série de questões, mas às relações entre cultura e espaço no quadro da totalidade, que para mim, ainda, constituem uma “categoria” central, o pilar sobre o qual se sustenta o argumento e a leitura das inter-relações.

Se considerássemos apenas a relação cultura-espaço, talvez ficássemos no campo, já desenvolvido pela Geografia Cultural, de ver a cultura como “agente modelador da paisagem”, buscando seu simbolismo; ou, na espacialização dos grupos culturais, tomando o conceito de território como base.

Gostaria de ir além, e pensar o papel do “prático-inerte” (termo que emprego por falta de melhor opção no momento), na constituição da territorialização dos grupos político-culturais: o espaço, em sua constituição histórica, econômica e cultural, pensado como campo de possibilidades para as relações socioespaciais, que culminam na conformação das formas territoriais dos diferentes grupos; territorializações que se inserem no processo de produção/trans formação, concreta/simbólica, do próprio espaço geográfico. É nesse sentido, que valeria a pena procurar desvendar as trajetórias de difusão de culturas juvenis, de seus contextos metropolitanos, e sua territorialização em cidades com materialidade urbana menos densa.

Para levar o argumento adiante, o desafio que se coloca é: como demonstrar empiricamente essa influência do espaço, na constituição da dimensão cultural da sociedade contemporânea?

E não se trata aqui de nenhuma espécie de determinismo geográfico, já superado na Geografia há bastante tempo. Minha preocupação está na produção do espaço urbano – que, em última instância, tem como pano de fundo a re-

produção do capital –, em sua relação com a vida que acontece no seu interior, que se nutre dele e o tem como meio e condição para a realização de sua existência. Essas relações são grafadas – nem sempre materialmente – no espaço, criam trânsitos, desenham trajetos, constroem redes e projetam poderes, na forma de apropriação desse espaço, constituindo territórios sobre a materialidade concreta. Penso que o desafio seria construir a ligação íntima entre o espaço urbano e as “marcas” que ele imprime na sociedade, que se realiza nele e que, por sua vez, o marca com suas próprias referências culturais.

Na dialética socioespacial, os estudos sobre as marcas que a sociedade imprime ao espaço são mais desenvolvidos. Falta aprofundar a reflexão sobre o trajeto no sentido contrário, visto que se trata de uma via de mão dupla.

Penso que o estudo de culturas juvenis transterritoriais, em seu processo de realização em contextos urbanos específicos, abre-se para reflexões dessa natureza e podem contribuir para a Geografia ampliar o escopo da sua abordagem sobre os sujeitos sociais. Ao mesmo tempo, tais estudos podem evitar a concordância acrítica com discursos, ora nostálgicos, ora reducionistas, que veem nas novas dinâmicas, que ganham visibilidade na vida pública da cidade, um empobrecimento das relações sociais e uma privatização do espaço público. Apontariam, por fim, para a necessidade de leituras mais matizadas, em que exercitemos uma “escuta sensível” e uma abertura para o que ainda não foi previsto pelas teorias.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: _____. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 173 – 186.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Damurá: FAPERJ, 2002.

_____. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-45, julho de 2007.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAIA, Rousiley Celi Maia. Sociabilidade: apenas um conceito? *GERAES – Estudos em Comunicação e Sociabilidade*, Belo Horizonte, n. 53, p. 4 – 15, 2002.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MARGULIS, Mario. La cultura de la noche. In: _____, et al. *La cultura de la noche: la vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires*. Buenos Aires: Biblios, 1997.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. In: MARGULIS, Mario. et al. (org.). *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998. p. 3-21.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GERGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (orgs.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 159 – 188.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, p. 5-14, maio-dez, 1997.

REGUILLO, Rosana. Ciudadanias juveniles en América Latina. *Ultima Década*, Viña Del Mar, n. 19, p. 1-14, noviembre de 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SIMMEL, George. Sociabilidade – um exemplo de Sociologia Pura ou Formal. In: _____. *Sociologia* (org. MORAES FILHO). São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 165 – 181.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77 – 116.

TURRA NETO, Nécio. *Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade*. 2008. 516 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

Recebido em: 20/03/2010

Aceito em: 09/05/2010